

#ResgatarOPortoParaAsPessoas

#BlocoCâmaraAção

#BlocoDeEsquerda

## Seis prioridades para resgatar o Porto para as pessoas

Final de 2020:

- sete anos de executivo Rui Moreira na cidade do Porto,
- 10 meses para o final do segundo mandato,
- uma nova candidatura autárquica do Bloco em 2021.

Estes foram sete anos marcados por um conjunto de crises que exigiam uma governação que colocasse as pessoas no centro das políticas municipais.

Em primeiro lugar, a **crise na habitação**, que tem gerado importantes mobilizações na cidade, e que permanece sem respostas efetivas por parte da Câmara Municipal. Em 2018, depois de uma demorada resposta ao IHRU sobre a carência habitacional na cidade do Porto, soube-se serem mais de 2000 as famílias sem o seu direito à habitação garantido ou sem condições de habitação condignas. A reabilitação urbana, tão necessária quanto urgente, continua a ser gerida pela Câmara Municipal à mercê do mercado, dos negócios e da especulação imobiliária. No contexto atual, quem ficou sem rendimentos, ou os viu substancialmente diminuídos, encontra-se em sério risco de perder a sua habitação.

Em segundo lugar, a **crise climática**, alvo de uma crescente atenção na cidade, a partir das mobilizações nacionais e internacionais. A cidade regista níveis preocupantes de poluição e a qualidade de vida continua prejudicada pela escassez de espaços verdes e naturalizados. Os passos - concretos e urgentes - que permitirão ao município cumprir as metas assumidas para redução das emissões de carbono até 2030, têm sido poucos e tímidos. Com a poluição gerada pelo enorme volume de tráfego automóvel que atravessa a cidade, o empobrecimento da qualidade do ar é uma realidade que necessita de alternativas.

Uma **crise social** resultante da ausência de políticas integradas contra a pobreza e de um orçamento para a ação social com a robustez necessária. O panorama está traçado, agravado pela pandemia: existe hoje uma percentagem preocupante de pessoas em situação de desemprego, com vínculos laborais precários ou baixos salários; mais de 60.000 pessoas idosas com pensões muito baixas e um número preocupante destas em situação de isolamento; um número de pessoas em situação de sem abrigo alarmante e a aumentar. O Porto precisa de políticas que ponham os direitos sociais, incluindo a saúde, em primeiro plano, ainda mais considerando o impacto da crise pandémica na cidade.

Uma real crise do **património de domínio público** tem marcado também os últimos anos na cidade do Porto: o património histórico e cultural está a ser negligenciado e alvo de negociatas e interesses porque 'valores mais altos se levantam'; equipamentos municipais que deviam servir as pessoas e as comunidades têm vindo a ser transformados em edifícios 'para turista ver'; terrenos públicos a saque no contexto de processos urbanísticos no mínimo duvidosos. A cidade reclama a defesa do seu património.

A **crise dos transportes**: mesmo depois da derrota da direita que travou a privatização da STCP e da Metro do Porto, muito continua por fazer. Os STCP continuam a sofrer com falta de meios e os operadores privados continuam a exercer pressão sobre as linhas que deviam ser exclusivamente públicas. Estão ainda por criar as condições necessárias para que as pessoas possam abdicar da utilização do automóvel individual e adotar novos (e menos poluentes) modos de transporte (e.g. transporte público, ferrovia, bicicleta, pedonal, etc.), bem como para reduzir o

**#ResgatarOPortoParaAsPessoas**

**#BlocoCâmaraAção**

**#BlocoDeEsquerda**

impacto para moradores e comerciantes, do modelo de estacionamento pago – e caro – atualmente em vigor.

Uma **crise da gestão do solo e do espaço público**: prestes a ser finalizada a revisão do Plano Diretor Municipal do Porto, as discussões e as informações até agora disponibilizadas em torno do mesmo apontam para alterações que tenderão a favorecer a especulação, a construção desenfreada, a perda de terrenos de cultivo e de espaços verdes. A este cenário acresce o facto de que, nesta e noutras questões referentes à utilização do espaço público, continuam as pessoas a serem deixadas de fora dos processos de tomada de decisão, que as deveriam envolver em primeiro plano de forma efetivamente participativa.

Da **crise cultural**: depois de um período de estado de graça – em contraponto com o desprezo e perseguição de Rui Rio à cultura e aos artistas –, a cidade vê-se novamente na necessidade de discutir a sua política cultural. Contando com poucos interlocutores e com uma programação municipal centrada em critérios estéticos – onde gestos censórios, recentemente, aconteceram de forma inaceitável – é preciso garantir a diversidade de propostas artísticas, a sustentabilidade dos criadores da cidade e das suas estruturas, bem como apoiar e dinamizar projetos que visem a participação ativa das comunidades.

A **crise democrática**, que se agudizou durante o mandato deste Executivo, com a Câmara a perder transparência à medida que cresce o poder pessoal do Presidente e evidenciando ora os seus conflitos de interesses, ora a sua postura autoritária. A participação cidadã continua deficitária, com o acesso limitado às reuniões dos órgãos autárquicos e sem um orçamento participativo digno do nome. O afastamento das cidadãs e dos cidadãos da democracia traz consequências graves e que estão à vista. É fundamental assegurar uma confiança nas entidades públicas, nomeadamente nos serviços camarários, que, porque integrados em empresas municipais, não só estão longe do escrutínio dos órgãos democráticos do município como se tornou particularmente penoso a eles recorrer.

A pandemia da COVID-19 agravou ainda mais a **crise económica e laboral** já instalada. A não proibição dos despedimentos, o aumento do nível do desemprego, o encerramento de micro, pequenas e médias empresas e o recurso ao lay-off simplificado, vieram agravar as condições de vida de trabalhadoras e trabalhadores na cidade. A atual situação expôs também as fragilidades de uma economia assente na precariedade laboral, nos baixos salários e na monocultura do turismo.

E, finalmente, a **crise pandémica**. Em 2020 a responsabilidade política aumentou com a crise causada pela pandemia da Covid-19. As fragilidades da cidade estão agora exacerbadas e mais expostas, nomeadamente a carência habitacional, o aumento da pobreza, a construção desenfreada, a oferta reduzida ao nível dos transportes, a dedicação quase exclusiva ao turismo, o trabalho precário. A ausência de intervenção da Câmara em cada um destes eixos e a implementação de medidas alheadas desta realidade, aliada à sua obsessão com a promoção dos interesses instalados, fez persistir e agravar muitos dos problemas da cidade e das e dos portuenses.

Ao longo deste período, o **Bloco de Esquerda não desistiu de nenhuma luta**: do direito à cidade, à habitação, à cultura, ao trabalho com direitos e à participação. Não baixamos os braços também nas lutas pelo ambiente, pela defesa do património público, por um serviço de transportes público e de qualidade, pelo combate à pobreza, e ao racismo, e pela defesa dos feminismos e dos direitos LGBT.

Neste último ano de mandato, para além de **uma intervenção política próxima das pessoas, enraizada no território e orientada para aquelas que são as causas centrais da cidade**, o

**#ResgatarOPortoParaAsPessoas**

**#BlocoCâmaraAção**

**#BlocoDeEsquerda**

Bloco de Esquerda tem, na cidade do Porto, o papel de juntar ativistas e militantes por causas concretas, e pela **mobilização em torno de um programa socialista que faça a diferença e configure uma alternativa na cidade**. A nível local, como no país, o Bloco afirma-se enquanto força política incontornável e instrumento fundamental na defesa de quem trabalha, pelo direito à habitação, por serviços públicos de qualidade e no combate ao conservadorismo.

O Porto apresenta hoje um contexto político marcado por variáveis novas que exigem uma monitorização permanente e, sobretudo, uma rutura com o modelo de governação vigente que já deu provas de não servir a cidade.

Por uma visão integrada de cidade e dos fenómenos de que é palco, na relação com o seu contexto envolvente a nível nacional e internacional, e considerando a inevitável interdependência entre todos os fatores que acima apresentamos: uma cidade desenhada para as pessoas e não para os automóveis, uma cidade para quem cá vive e não apenas para turistas, uma cidade aberta, cosmopolita, inclusiva, com emprego digno, com um plano de mobilidade adequado, na primeira linha da luta contra as alterações climáticas e pela igualdade de todas e todos. Estas são as **seis medidas para resgatar a cidade para as pessoas, sem deixar ninguém para trás**, a expressão de uma esquerda que se mobiliza em torno de um projeto socialista para mudar a vida das pessoas é o que faz a diferença.

**#ResgatarOPortoParaAsPessoas**

**#BlocoCâmaraAção**

**#BlocoDeEsquerda**

# 1

## Habitação

- Construção de nova habitação e reabilitação de edificado, obedecendo a critérios de eficiência energética e metas de redução de carbono, com recurso aos programas e medidas de apoio vigentes e passíveis de dar resposta às necessidades específicas do município, iniciando este processo, já em 2021, no sentido de promover a habitação pública e o arrendamento de longa duração e com rendas condicionadas.
- Revisão da Estratégia Local de Habitação e implementação dos mecanismos previstos na nova Lei de Bases da Habitação, designadamente a criação do Conselho Local de Habitação, a elaboração do “Relatório Municipal da Habitação” e a elaboração da Carta Municipal da Habitação.
- Alteração do Regulamento da Gestão do Parque Habitacional do Município do Porto e elaboração de um Regulamento do Alojamento Local a ser efetivamente implementado que contemple zonas de contenção, por forma a defender os inquilinos da cidade, a travar os despejos e a assegurar uma regulação mais clara e mais justa no acesso à habitação.

# 2

## Direitos Sociais

- Implementação de medidas concretas de combate à pobreza: criação e automatização da tarifa social da água; fornecimento de refeições às pessoas em situação de sem abrigo e famílias mais carenciadas; aumento dos apoios sociais para mitigar as consequências da pandemia na vida das pessoas; implementação de soluções de ‘Housing First’ adequadas e suficientes; implementação de um modelo biopsicossocial de salas de consumo assistido que coloque direitos humanos e saúde em primeiro plano; monitorização permanente dos fenómenos de pobreza e dinâmicas sociais na cidade.
- Criação de respostas de proximidade: ao nível do acompanhamento às pessoas mais velhas (nomeadamente uma rede local de apoio aos cuidados informais); às crianças e jovens (nomeadamente através da disponibilização dos recursos necessários ao seu desempenho escolar); aos territórios marcados pela exclusão no acesso a serviços básicos e universais (nomeadamente através da facilitação na prestação desses serviços e do combate ao distanciamento entre as estruturas municipais e as pessoas); e às necessidades ao nível da saúde pública e comunitária (nomeadamente desenvolvimento de programas municipais em articulação próxima e eficaz com as organizações do setor e as autoridades de saúde).
- Promoção da igualdade e combate às discriminações: consolidação do Plano Municipal para a Igualdade e Combate à Violência Contra as Mulheres; implementação de um Plano Municipal para a Integração de Imigrantes e de Combate ao Racismo; e adoção de uma estratégia municipal LGBTQI+.

**#ResgatarOPortoParaAsPessoas**

**#BlocoCâmaraAção**

**#BlocoDeEsquerda**

# 3

## Transportes e Mobilidade

- Concretização de uma política municipal de mobilidade que garanta a qualidade de vida: estratégias de redução do tráfego de atravessamento na cidade; promoção de um modelo de estacionamento que retire o automóvel do centro da cidade, reverta a concessão a privados e recupere para a esfera pública a sua gestão e planeamento; implementação de medidas efetivas de acalmia de tráfego e redução da velocidade automóvel; e criação de um Plano Municipal da Acessibilidade Pedonal, para resolução dos problemas de acessibilidade, garantindo uma mobilidade inclusiva para todas as pessoas.
- Reforço da resposta pública ao nível dos transportes coletivos: alargamento do número de linhas, frequências, horários e tipologia dos veículos, servindo as freguesias mais isoladas; aumento da rede de corredores BUS; concretização da expansão da rede de Metro do Porto, servindo toda a zona ocidental e consequente com os movimentos pendulares da cidade; valorização do eléctrico como transporte público, com mais linhas; e implementação de preços acessíveis em toda a rede de transportes da cidade.
- Implementação do Plano Municipal da Mobilidade em Bicicleta: aumento da utilização da bicicleta como meio de transporte no Porto, em pelo menos 10 vezes até 2025, através da criação de um conjunto de medidas concretas, coerentes e integradas, em articulação com técnicos, investigadores, associações e ativistas.

# 4

## Urbanismo e Ambiente

- Gestão do espaço público e do património da cidade: acompanhamento da conclusão do processo de revisão do PDM, dos processos de seguimento do mesmo (lançamento de novos projetos e licenciamentos) e da sua implementação, garantindo a proteção do território e do património do Porto; criação de um observatório municipal sobre as alterações no solo urbano, com vista a possibilitar uma oportuna intervenção do município na gestão e no planeamento urbano; reforço da capacidade de monitorização dos licenciamentos no sentido de garantir o cumprimento das normas legais e do previsto em PDM considerando o ritmo acentuado de construção e reabilitação de edificado na cidade.
- Cidade verde e amiga dos animais: criação de mais espaços verdes de proximidade por forma a que se atinja a média das cidades europeias, e incluindo parques infantis e parques para animais em cada uma das antigas freguesias; plantação de 2500 árvores por ano para melhorar a permeabilização do solo urbano e mitigar os efeitos das alterações climáticas; reforço da reciclagem, redução da produção de resíduos a nível municipal e aumento da eficácia da recolha seletiva do lixo, incluindo lixo orgânico.
- Transição energética e qualidade do ar: ao nível municipal, aposta séria na eficiência energética, no combate à pobreza energética e na promoção de produção local de energia renovável; cumprimento do plano de ação submetido ao Pacto de Autarcas e das metas de redução das emissões de CO2 assumidas; redução das emissões poluentes, renovação ecológica completa das frotas de viaturas municipais, introdução de veículos de baixa emissão nos transportes de passageiros e mercadorias; e desenvolvimento de um estudo específico para a cidade sobre a mitigação dos efeitos da poluição do ar.

**#ResgatarOPortoParaAsPessoas**

**#BlocoCâmaraAção**

**#BlocoDeEsquerda**

## 5

### **Economia Local e Trabalho**

- Promoção e proteção da economia de expressão local: regulação dos horários de abertura e encerramento do comércio na cidade, nomeadamente pela redução do horário de funcionamento de supermercados, hipermercados e grandes superfícies comerciais; dinamização e valorização do comércio local; combate à monocultura do turismo; e estímulo da sustentabilidade de pequenos produtores, nomeadamente do Bolhão e outros mercados, garantindo que os circuitos curtos não morrem.
- Reforço e promoção das hortas comunitárias e do consumo local: disponibilização de mais bolsas de terrenos agrícolas municipais; facilitação de serviços de apoio e visibilização das cadeias de consumo local, para escoamento de frutícolas e hortícolas produzidas nestes terrenos do Porto aos consumidores e consumidoras da cidade; e fornecimento de água e apoio de pessoal qualificado, de forma a educar a população para a sua soberania alimentar e estimulando a criação de redes de escoamento para instituições da cidade dos produtos produzidos em excesso.
- Direito ao trabalho com direitos: regularização laboral dos trabalhadores e trabalhadoras com vínculos precários que desempenham funções e atividades permanentes na autarquia; inclusão, nos contratos de contratação pública, de uma cláusula contra a precariedade, não permitindo que fornecedores, prestadores de serviços ou concessionários contratem pessoas através de vínculos precários; e reversão e combate à concessão de serviços com funções sociais e económicas, como a gestão das cantinas escolares, serviços de limpeza em espaços do município e de recolha de resíduos.

## 6

### **Políticas Culturais**

- Promoção da fruição cultural e criação de públicos: elaboração de uma estratégia e/ou carta municipal da cultura; reforço significativo de meios e verbas com vista a um aumento da oferta cultural na cidade, trazendo a cultura para as ruas, as praças e jardins; e promoção de um maior e mais generalizado acesso a museus e bibliotecas do município, incluindo a dinamização de uma rede de bibliotecas itinerantes; divulgação regular e acessível da atividade cultural da cidade, com ampla distribuição.
- Apoio à criação e sustentabilidade das estruturas culturais e de trabalhadoras e trabalhadores das artes e do espectáculo: atribuição de apoios regulares destinados a investir no potencial criativo das estruturas culturais e a proteger a sustentabilidade da atividade cultural e criativa local; implementação de mecanismos que envolvam as estruturas culturais e os trabalhadores das artes e do espectáculo no processo de criação de uma verdadeira política cultural para a cidade; criação de apoios e respostas de emergência de carácter específico para estas estruturas e trabalhadores, para fazer face a decréscimos acentuados da atividade cultural na cidade.
- Preservação e dinamização de equipamentos e espaços culturais: implementação de uma política municipal de garantia de abertura gratuita dos museus da cidade uma vez por semana, partindo da participação do município nestas estruturas; disponibilização dos equipamentos da cidade à iniciativa das estruturas que ofereçam oportunidades de acesso à cultura; e mapeamento, apoio e ampla visibilização dos equipamentos e instituições culturais da cidade, públicas e/ou resultantes da iniciativa das forças criativas da cidade.